

Apoio democrático e avanço de valores autoritários. Os casos do Brasil e do México 2005-2018*

José Daniel Sousa Oliva*, Rodrigo Stumpf González***

Palavras-chave: Cultura Política, Democracia, Autoritarismo, Brasil, México.

Palabras Clave: Cultura Política, Democracia, Autoritarismo, Brasil, México.

Resumo

Este artigo mostra o crescimento dos valores autoritários e as mudanças dos valores políticos em duas democracias recentes, Brasil e México, ao longo da última década. O artigo oferece uma discussão teórica entre a cultura política e a teoria econômica da democracia e incorpora uma análise das trajetórias históricas dos países que nos permite compreender melhor a mudança de atitudes, valores e crenças ao longo do tempo. Métodos estatísticos como análise fatorial e regressão linear múltipla foram utilizados para analisar os dados da *World Values Survey* (2005-2018). Os resultados apontam que tanto para mexicanos e brasileiros embora exista uma relação positiva entre status socioeconômico e democracia (e negativa em relação ao autoritarismo), existem outras variáveis na cultura política, como confiança nas instituições a obediência e a rejeição ao suborno, que complementam as explicações sobre por que alguns cidadãos desses países preferem cada vez mais um regime autoritário.

Resumen

Este artículo muestra el crecimiento de los valores autoritarios y los cambios en los valores políticos en dos democracias recientes, Brasil y México, durante la última década. Los autores ofrecen una discusión teórica entre cultura política y la teoría económica de la democracia e incorpora un análisis de las trayectorias históricas de los países que permite entender mejor el cambio de actitudes, valores y creencias en el tiempo. Para lo anterior se analizaron datos de *World Values Survey* (2005-2018) a través de métodos estadísticos como análisis factorial y regresión lineal múltiple. Los resultados indican que, aunque existe una relación positiva entre estatus socioeconómico y democracia (y negativa en relación al autoritarismo), hay también otras variables de la cultura política como la confianza en las instituciones, la obediencia y el rechazo al soborno que complementa las explicaciones sobre por qué algunos ciudadanos de esos prefieren cada vez más un régimen autoritario.

** José Daniel Sousa Oliva es Doctor en Ciencia Política por la UFRGS, Brasil y maestro en Gestión y Políticas Públicas por la Universidad de Chile. Correo electrónico: dasousa79@gmail.com

*** Rodrigo Stumpf González es Doctor en Ciencia Política por la Universidad de Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Correo electrónico: rodrigo.stumpf@ufrgs.br

Introdução

Nos últimos anos tem crescido o debate no campo da Cultura Política sobre o declínio com o nível de apoio sistêmico aos regimes democráticos, ainda que sem um consenso sobre riscos para as democracias consolidadas. Este tema foi discutido por Foa e Mounck (2016; 2017), Howe (2017) e Inglehart e Norris (2019), entre outros. Na maioria dos casos, os autores que debatem a questão centram a sua análise nas democracias da Europa e América do Norte, com apenas referências episódicas e quase anedóticas a países de outros continentes, como fazem Levitsky e Ziblatt (2018).

É importante avaliar este fenômeno em democracias de consolidação mais recente ou mesmo incompleta. Brasil e México estão entre as dez maiores democracia do mundo (quarta e nona respectivamente) e são os maiores países da América, excluído os Estados Unidos. Em um período recente a escolha de presidentes com retóricas populistas e comportamentos autoritários chamou a atenção para ambos os países, que tem um grande poder em termos de influência regional, seja pela questão econômica, seja por efeito de demonstração.

Dados do *World Values Survey* sugerem que em Brasil e México, conforme se processa a experiência democrática, paradoxalmente, alguns valores antidemocráticos na cultura desses países se mantêm ou mesmo aumentam – principalmente na última década. Ambos os países atualmente vivenciam a experiência democrática após longos períodos autoritários: México com um único partido e Brasil sob tutela militar. Desencanto com os resultados econômicos ou cultural backlash? O que explica está evolução? O que nos leva ao problema a ser respondido por este artigo: *por que, nos dois países, alguns preferem um regime autoritário?*

Assim, este trabalho busca analisar a evolução de valores autoritários e democráticos em Brasil e México com base nos dados do *World Values Survey*, verificando quais os fatores que podem explicar a permanência ou crescimento de valores e atitudes autoritárias nos dois países, apesar de viverem o período mais longo de democracia institucional de suas histórias. O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte são apresentados os fundamentos teóricos para a existência de teorias alternativas que buscam explicar o nível de apoio ao regime democrático seja por fatores econômicos, seja por fatores culturais. Em seguida são apresentados os elementos que caracterizam historicamente a cultura política de México e Brasil e mostramos que houve uma mudança nas atitudes políticas de brasileiros e mexicanos em mais de uma década: a valorização da democracia diminuiu e o apoio a padrões autoritários aumentou, sendo necessário explicar o avanço a valores e atitudes favoráveis ao autoritarismo.

Na terceira parte são desenvolvidos testes com modelos estatísticos alternativos para tentar determinar quais variáveis são capazes de explicar a evolução dos padrões de apoio ao regime em Brasil e México. Por fim são apresentadas as conclusões e analisadas as possíveis contribuições dos resultados para a compreensão da evolução da democracia na América Latina.

I. Abordagens teóricas: teoria do apoio à democracia/ autoritarismo

Para entender e explicar a democratização na era moderna, como Wenzell e Wilfahrt (2018) apontam, é essencial entender o que os diferentes grupos sociais valorizam sobre a democracia, bem como que circunstâncias (vivendo sob democracia ou autocracia) as pessoas são mais suscetíveis a preferir e exigir. Segundo os autores as teorias podem se

agrupar em duas grandes linhas: a *teoria econômica da democratização* e a *teoria da democracia com respeito aos valores políticos*.

Na primeira linha, os estudos sobre apoio democrático se concentraram em explicações sobre o status econômico, tendo as seguintes abordagens: a teoria da modernização e teoria da distribuição da renda. No entanto, essas teorias fornecem respostas contraditórias, não chegando a um consenso. Uma segunda grande perspectiva é aquela que dá uma maior importância aos valores presente na cultura política para explicar não só o apoio à democracia, como também o desenvolvimento do regime. Essas abordagens são apresentadas nesta seção para estabelecer algumas hipóteses sobre a mudança de atitudes em relação à democracia e apoio ao autoritarismo, as quais serão testadas posteriormente para saber quais variáveis impactam mais nesses países.

Modernização

Desde Seymour Lipset (1959a, 1959b), Barrington Moore (1966) até estudos mais recentes, como Ansell e Samuels (2014), argumenta-se que cidadãos com alto status socioeconômico têm maior probabilidade de apoiar a democracia porque têm mais escolaridade, têm horizontes de tempo mais longos e é mais provável que desejem uma maior emancipação política para evitar a apropriação e um Estado predatório. A teoria implica que a experiência individual na economia tem um impacto no compromisso normativo com a democracia. Assim, os indivíduos, tendo suas necessidades básicas resolvidas, concentram sua atenção nos aspectos normativos do sistema político, como transparência e acesso à corrupção, cumprimento de direitos humanos e liberdades individuais, além de desafios ambientais. Levando em conta essa abordagem teórica e que tanto o Brasil como o México são considerados como países de democracia representativa, o esperado é que com um maior status socioeconômico, haveria um maior apoio democrático, e, portanto, um baixo status socioeconômico implicaria um maior apoio para um regime autoritário.

Distribuição da renda

Em contraste com a teoria da modernização, a abordagem do apoio democrático em relação à distribuição da riqueza e do empoderamento do cidadão proposta por Meltzer e Richard (1981) e Acemoglu e Robinson (2006) postula que as elites têm aversão à democracia por seus efeitos distributivos, porque implica para eles a diminuição da riqueza, status e poder. Do mesmo modo, as classes mais baixas ou as pessoas com baixo status socioeconômico apoiariam a democracia porque lhes daria mais poder para votar nas políticas distributivas.

Como aponta Boix (2003), à medida que a desigualdade de renda aumenta, os pobres tendem a fortalecer sua preferência à democracia por seu atributo distributivo, enquanto os ricos defendem o autoritarismo. Isso também implica que, em países com maior igualdade, as pessoas com baixo status socioeconômico não teriam incentivos para buscar um regime democrático, uma vez que a democracia para eles tem apenas um valor redistributivo. Pelo contrário, à medida que a desigualdade cresce, os proprietários do capital têm incentivos para bloquear a democracia, uma vez que a democratização implicaria em mais impostos para os ricos.

Em outra perspectiva, Wenzell e Wilfahrt (2018) argumentam que ambas as abordagens acima (modernização e distribuição) são parcialmente corretas e propõem

uma teoria unificada de apoio democrático baseada no status socioeconômico. Esses autores encontram evidências para apoiar sua teoria de que cidadãos de todas as classes sociais (alto e baixo status socioeconômico) que vivem em regimes autocráticos têm a mesma probabilidade de preferir a democracia ao autoritarismo, embora por razões diferentes: cidadãos com baixo status socioeconômico que vivem em regimes autoritários preferem a democracia pela promessa de benefícios econômicos, enquanto as pessoas de alto status também preferem a democracia, mas por razões políticas e pelas propriedades processuais da democracia. No entanto, o estudo desses autores enfoca países com regimes autocráticos, tendo em vista que a maioria das pesquisas se concentra em países democráticos, havendo, assim, a necessidade de discutir o que acontece nas autocracias.

Portanto, a partir da perspectiva de Wenzell e Wilfahrt (2018), se poderia esperar que cidadãos com menor status socioeconômico no Brasil e no México valorizem mais a democracia pelos benefícios econômicos que ela proporciona. E, conseqüentemente, que cidadãos com maior status socioeconômico no Brasil e no México apoiem o autoritarismo pela sua aversão aos efeitos distributivos da democracia.

Cultura política

A cultura política é “[...] uma rede de relações que se forma em ideias e valores, em símbolos e normas compartilhadas por uma sociedade, isto é, uma mentalidade que adquire sentido em um contexto social e que orienta e condiciona o pensamento, o agir e o sentimento de atores políticos” (Nohlen, 2008, p. 29). Autores como Robert Dahl (2004) e Dieter Nohlen (2008) consideram a cultura política como uma variável importante para a sobrevivência das instituições democráticas e para o desenvolvimento do regime na América Latina. Para que uma democracia perdure nas sociedades, deve existir uma cultura amplamente compartilhada de crenças e valores democráticos, os quais devem ser congruentes com o sistema político (Almond, 1956; Eckstein, 1997; Dahl, 2004). “Essas atitudes são recebidas em tenra idade, transmitidas pelas gerações anteriores, e dessa forma elas se concentram no que as pessoas percebem de si mesmas, de seu país e do mundo” (Dahl, 2004, p. 32).

Dalton (1999) e Shin (2005) consideram que a complexidade de examinar o apoio no regime democrático envolve a aceitação da democracia como um ideal, por um lado, e a aceitação ou rejeição desta pela satisfação ou não de seus resultados práticos, por outro – o que implica uma abordagem mista: cultura política e o funcionamento institucional. Na mesma linha, Moisés (2008) e Baquero (2011) apontam que o fenômeno do apoio político se desdobra empiricamente em duas dimensões analíticas distintas: normativa e prática, sendo que “A normativa se refere à preferência pela democracia no sentido de ideal, valores, derivada da cultura política. Em contraste, a prática, dizem respeito à satisfação com o regime e a confiança em suas instituições, atores associados com a *accountability* social levada a efeito pelos cidadãos” (Moisés, 2008, p. 8). Em outras palavras, para compreender melhor a valorização da democracia e o crescente apoio a um regime autoritário em países latino-americanos, faz-se necessário examinar as possíveis conexões entre a visão cultural e institucional. Este argumento é baseado nos pressupostos de Almond e Verba, segundo os quais “estrutura e cultura se influenciam mutuamente, ou seja, valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política contribuindo para sua continuidade ou mudança” (Moisés, 2008, p. 7). Existiria uma relação causal de ida e volta: a estrutura institucional seria causa e efeito da cultura política e vice-versa.

Deste modo, para este artigo retomamos essa perspectiva híbrida para obter explicações mais abrangentes no apoio ao regime.

Dieter Nohlen (2008) propõe quatro variáveis da cultura política necessárias ou propícias para o desenvolvimento da democracia, as quais envolvem as visões normativas e práticas: 1) *Confiança*, a qual pode se dividir em duas: a confiança nas instituições, ou seja, nas regras do jogo, e a confiança interpessoal, entre os membros da sociedade; 2) Luta contra práticas de *corrupção*; 3) *Tolerância*, que é uma condição *sine qua non* da democracia, ao ser essência do pluralismo e que se traduz como o respeito de valores, opiniões, crenças, ideias, convicções, ideologias e atitudes dos outros; e 4) Compromisso da elite política para formar consensos e acordos.

Do exposto acima sobre a perspectiva da cultura política e as análises que os autores fizeram anteriormente nestes países, se esperaria que, à medida que há uma maior confiança, maior será o apoio ao regime democrático. Do mesmo modo, haveria uma relação positiva entre a tolerância, a rejeição da corrupção e o apoio democrático, e uma relação negativa entre obediência e apoio à democracia e positiva entre obediência e apoio ao autoritarismo.

II. Cultura Política e Democracia em Brasil e México

As trajetórias históricas de México e Brasil têm diversas diferenças, mas algumas convergências que podem explicar suas culturas políticas. Em ambos os países a colonização foi conduzida por um conquistador ibérico, que explorou e se mestiçou com a população escravizada, gerando a diferença entre uma elite predominantemente branca e europeia que se percebe superior aos demais grupos étnicos, mas sem a separação rígida como ocorre nos Estados Unidos.

Depois da consolidação do Estado Nacional no século XIX, que significou para os mexicanos a perda de parte de seu território e para os brasileiros a ampliação do seu, no século XX ambos os países se estruturaram como repúblicas federativas e foram marcados por longos períodos autoritários, nos quais a restrição de direitos políticos em alguns momentos foi acompanhada pela expansão de direitos sociais, simbolizadas em caudilhos que são reverenciados até a atualidade, como Getúlio Vargas e Lázaro Cárdenas.

Os dois países democratizaram seus regimes no final do século XX e tem vivido os períodos mais longos de democracia eleitoral estável de suas histórias. Porém enquanto o Brasil manteve um sistema partidário extremamente fragmentado e com baixa identidade ideológica, o México mantém um sistema de três a quatro partidos relevantes na esfera nacional com uma clara identidade.

No caso mexicano, depois de décadas de domínio do *Partido Revolucionario Institucional* (PRI), a democratização foi alcançada por reformas eleitorais e da independência das instituições que organizam e qualificam as eleições, já que se permitiu uma maior competição nos processos eleitorais e uma mudança no sistema de partidos (Becerra, Salazar e Woldenberg, 1987; Cansino, 2000; Crespo, 2001; Gómez Tagle, 2001; Schedler, 2002; Merino, 2003; Méndez, 2006).

Esse novo sistema eleitoral se desenvolveu quando o PRI, antes partido hegemônico, perdeu a maioria no Congresso Federal em 1997 e a presidência em 2000, depois de 70 anos no poder. O partido de direita *Acción Nacional* (PAN) ganhou as eleições em 2000 e 2006. Em 2012, o PRI retornou à Presidência da República e, em 2018, o México teve a terceira alternância, desta vez para um governo de esquerda, do *Movimiento de Regeneración Nacional* (MORENA). Porém, tanto a alternância governamental quanto a experiência

democrática não foram suficientes para evitar certo desencanto entre os mexicanos e uma preferência cada vez maior por ter um regime autoritário (Aziz, 2009).

A análise sobre a Cultura Política mexicana remonta ao estudo fundador de Almond e Verba (1963), que indicava o predomínio de padrões paroquiais e de sujeição, evoluindo para uma percepção da convivência de múltiplas culturas, nas quais a maior participação é mediada pelo acesso à informação, reproduzindo desigualdades presentes na sociedade mexicana (Durand Ponte, 1992). Porém o mesmo autor considera que a esperada construção de uma cultura política mais democrática no novo regime não se concretizou totalmente (Durand Ponte, 2006; 2010).

A partir dos dados da quinta, sexta e sétima ondas do *World Values Survey*¹ é possível observar que houve um crescimento do apoio ao autoritarismo, por exemplo, a aceitação de um “líder político forte”², que não precisa se preocupar com contrapesos institucionais, como o Congresso, no momento de tomar decisões importantes, aumentou de 53,9% (2005) para 57,4% (2012) e 71,5% (2018). Outra variável de adesão ao autoritarismo é a preferência por um regime militar. De 2005 para 2012 teve um crescimento importante dessa preferência: de 38,4% para 51,5%, embora, em 2018 diminuiu para 45,6%, ainda uma percentagem importante (Ver tabela 1).

Tabela 1. Crescimento do apoio ao autoritarismo

	Brasil		México		
	Líder Forte	Regime Militar	Líder Forte	Regime Militar	
2006	62,1	33,8	2005	53,9	38,4
2014	64,8	32,1	2012	57,4	51,5
2018	65,6	46	2018	71,5	45,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Values Survey 2005-2018.

Nesse sentido, no mesmo período, é possível observar uma diminuição sistemática do apoio à democracia para ambos os países quando se pergunta às pessoas sobre “ter um regime democrático” onde o caso mais notório é México que diminuiu dez pontos percentuais no apoio ao regime, de 86,2 em 2005 para 75,7 em 2018. Em quanto no Brasil, essa diminuição nesse número de anos foi apenas de 2,5 %, de 90,4 para 87,9 (Ver tabela 2). Adicionalmente, o Gráfico 1 apresenta as atitudes ao respeito da “importância da democracia”, o qual é medido numa escala entre 1 e 10, onde 1= “nada importante” e 10= “absolutamente importante” e são colocadas as médias das respostas. Embora em ambas as nações as médias variem entre 8 e 8,7, com variações mínimas, o importante é ver a tendência de apoio ao regime: No caso mexicano para todos os períodos há uma queda constante sobre a importância da democracia, e no Brasil, a maior queda do apoio ao regime foi em 2014, embora, registra uma ligeira recuperação para 2018.

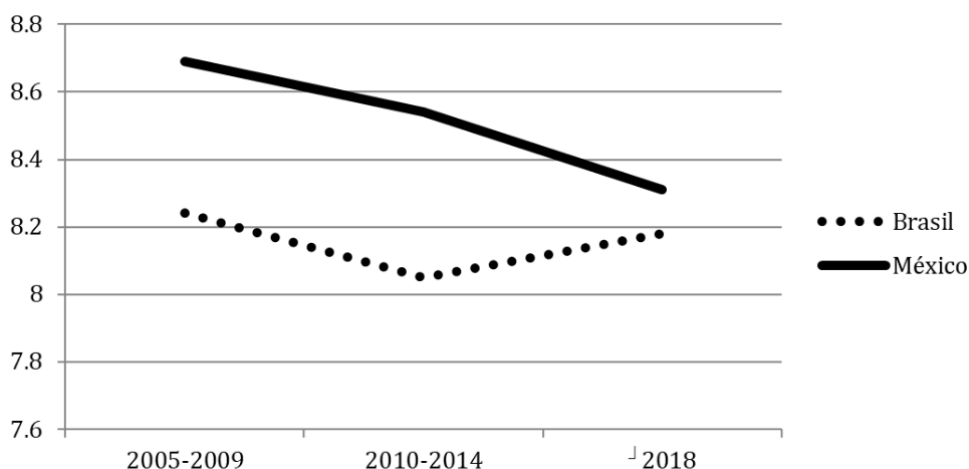
1 O consórcio do *World Values Survey* (WVS) realiza suas pesquisas por ondas a cada cinco anos, com a data da coleta de dados para cada onda definida de acordo com as equipes nacionais, nem sempre coincidindo. A quinta onda, 2005-2009, foi feita no México em 2005 e no Brasil em 2006. A sexta onda que compreende 2010-2014 foi realizada no México em 2012 e no Brasil em 2014 e a sétima onda que corresponde ao período 2017-2021 foi realizada em 2018 para ambos os países.

2 A pergunta utilizada pelo WVS foi: “*Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr.(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País... Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.* As opções de resposta foram: Ótimo, Bom, Ruim, Péssimo.

Tabela 2. Diminuição do apoio ao regime democrático³

Brasil			Mexico		
	Support	No Support		Support	No Support
2006	90,4	9,6	2005	86,2	13,8
2014	85,6	14,4	2014	84,4	15,6
2018	87,9	12,1	2018	75,7	24,3

Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Values Survey 2005-2018.

Gráfico 1. Importância da Democracia no Brasil e no México 2005-2018

Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Values Survey 2005-2018.

O Brasil retornou à democracia em 1985, depois de um regime autoritário de 21 anos. A alternância de governos e liberdades individuais e políticas foram elementos importantes para a redemocratização do Brasil. Neste período o país atravessou fortes conflitos políticas, como os impeachments dos presidentes Collor de Mello e Dilma Rousseff e as manifestações de rua em 2013. Mas a passagem do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2003, para o governo Lula da Silva (PT) indicava estabilidade política. Porém, após a ditadura militar, a experiência democrática no Brasil não foi suficiente para construir um sentimento de confiança plena na democracia. Quanto à adesão à democracia, no caso brasileiro, Moisés (2010a) e Baquero (2011) apontaram que, os cidadãos preferem a democracia como regime, enquanto, simultaneamente, desconfiam e são céticos em relação às instituições, caracterizando uma cultura política híbrida, com cidadãos ambivalentes com relação à defesa da democracia. As conjunturas políticas vêm se agravando e resultando na manutenção da inércia democrática (Baquero, Ranincheski e Castro, 2018).

A cultura política de Brasil é tradicionalmente autoritária como apontam Stumpf, Baquero e Mello, (2018) e a similaridade com o México diz respeito ao fato de que os valores antidemocráticos nessas culturas políticas aumentaram na última década, apesar do avanço da experiência democrática nesse mesmo período. Como foi apresentado na tabela 1, a pre-

3 A pergunta original da WVS foi: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr (a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o país...Ter um sistema político democrático. As opções de resposta foram: 1. Ótimo, 2. Bom, 3. Ruim, 4. Muito Ruim. O anterior foi recodificado juntando as respostas 1 e 2 com a etiqueta "Apoiam" e juntando 3 y 4 com a etiqueta "Não apoiam".

ferência dos brasileiros em relação ao regime militar que tinha diminuído levemente, entre 2006 e 2014, de 33,8% para 32,1% se incrementou significativamente em 2018 para 46%, quer dizer, um crescimento de 14%. Já a porcentagem de pessoas que considera que é melhor ter um líder forte, ou seja, um líder político que pode tomar decisões sem ter que lidar com o parlamento, aumentou de 62,1 para 64,8% em 2014 e até 65,6% em 2018. Nas últimas eleições presidenciais (2018), conforme Jairo Nicolau o Brasil dobrou à direita, colocando na presidência a Jair Messias Bolsonaro cujo perfil é de um “líder forte”, um ex-militar, de ultra direita, que elogiou o período militar vivenciado pelos brasileiros; que tem discurso radical contra as minorias e de caráter conservador no campo dos costumes e de política dura contra a criminalidade (Nicolau, 2020); candidatado por um partido pequeno, o PSL, como pouco espaço na mídia (no primeiro turno) para propaganda no horário eleitoral gratuito 1,1% versus 45,5% de quem tinha maior espaço, Geraldo Alckmin (PSDB), e sendo um dos candidatos com menos recursos para financiar sua campanha, apenas 0,7% da receita versus 31,1% do candidato com maior financiamento público, neste caso, Henrique Meirelles (MDB), segundo Nicolau (2020).

Em relação à participação política, elemento importante de um sistema democrático, há uma diferença entre ambos casos da análise: um crescimento no Brasil das atitudes favoráveis para participar em manifestações pacíficas e uma diminuição no México. A porcentagem de mexicanos que diz ter participado de manifestações pacíficas reduziu-se nesse período: 15% (2005), 10% (2012) e 9% (2018). Em contraste, as pessoas que indicam que nunca participariam de uma manifestação pacífica aumentaram de maneira constante e significativa nesses anos: 40% (2005), 50% (2012) e 63% (2018). Em contraste com aos mexicanos que dizem ter cada vez uma menor participação política, os brasileiros tiveram uma flutuação neste período: primeiro uma diminuição na porcentagem de brasileiros que diz ter participado de manifestações pacíficas de 18,2 (2005) para 15,8% em 2014, mas incrementou-se para 22,3% em 2018; enquanto que aqueles que disseram nunca participaram aumentou de 42 para 48% (2014) e diminuiu para 40,1 em 2018 (Ver tabela 3).

Tabela 3. Participação em manifestações pacíficas. Brasil e México⁴ (%)

Brasil		México	
1991	18,7	1990	22
1997	24,9	1996	11,4
2006	18,2	2005	15
2014	15,8	2012	10
2018	22,3	2018	9

Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Values Survey 1990-2018.

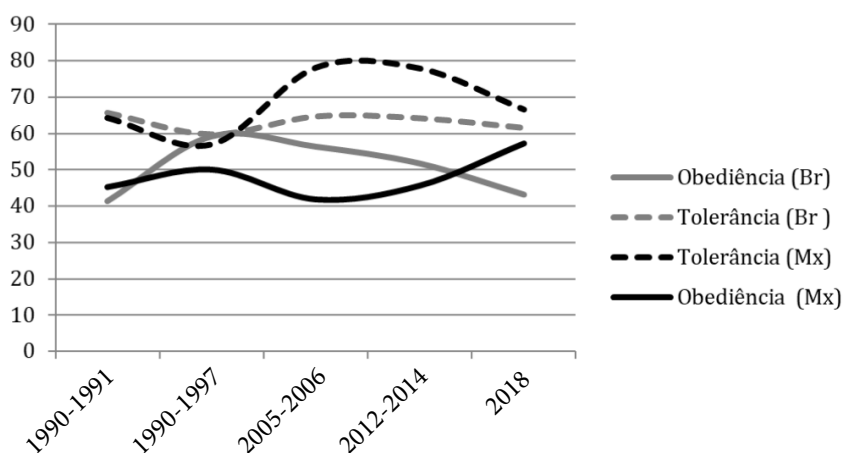
4 A pergunta de WVS foi: Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca. Com opções de resposta: “Já fiz”, “Poderia fazer”, “Não, nunca faria”. Na Tabela II.1 foi considerada a resposta das pessoas que já participaram em protestos pacíficos.

Analisando as atitudes dos cidadãos mexicanos e brasileiros em relação à democracia na primeira década deste século, para o caso mexicano, Moreno e Méndez (2002) demonstram que, nos primeiros anos pós-democratização, os mexicanos consideram muito importante encorajar tolerância e obediência na educação das crianças, e que tais valores explicam as atitudes em relação à democracia⁵.

Essa combinação de tolerância e obediência responde ao fato de que a tolerância é uma atitude favorável à democracia, enquanto a obediência reflete deferência para com a autoridade, não necessariamente democrática. Ainda é comum no México ouvir que as crianças devem ser obedientes e que uma criança 'boa' é aquela que obedece a seus pais sem questioná-las. A tradução óbvia para a política é que a obediência reflete alguma sujeição à autoridade política e pouco questionamento. (Moreno e Méndez, 2002, p. 5).

De acordo com os dados da WVS é possível observar uma mudança dos valores da obediência e a tolerância em ambos os países. Por exemplo, no México a obediência é um valor cada vez importante, e como é possível observar no Gráfico 2, a partir de 2005 há uma tendência crescente e constante de encorajar cada vez mais as crianças à obediência: partindo de 45,5% em 2012 até 57,1 em 2018. No Brasil ocorre o contrário, há uma queda cada vez maior que começa desde 2006 com 56,3% até diminuir para 43,2 em 2018. No entanto, considerando todos os períodos, Brasil tem em média um maior percentagem sobre a importância da obediência que o México, 50,34% contra 47,86%, respectivamente. Enquanto à importância de estimular e ensinar às crianças tolerância e respeito aos outros, nos anos 90 Brasil registrou níveis mais altos de adesão a esse valor 65,7% (1991) e 59,7% (1997) e nos anos 2000 tem sido estável com 64% e com uma ligeira diminuição em 2018 para 61,5%. Em contraste, México teve as percentagens mais altas só a partir de 2005 (78,1%), e começando a diminuir a partir de 2012 (77,9%), embora tivesse mais significativa em 2018 (67%), ou seja, uma diferença negativa de 11,3%.

Gráfico 2. Importância da Tolerância e Obediência no Brasil e no México 1990-2018 (%)⁶



Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Values Survey 1990-2018.

5 A pergunta que a WVS coloca no survey é “Aqui está uma lista de qualidades que as crianças podem aprender em casa. Entre essas qualidades, quais o(a) Sr.(a) acha que são as mais importantes para estimular e ensinar aos seus filhos?” Entre as opções de resposta estão “Tolerância e respeito aos outros” e “Obediência”.

6 WVS tem disponíveis dados sobre tolerância e obediência desde a década dos anos 90, desse modo foram incorporados para o Gráfico 1 para observar como esses valores tem mudado ao longo do tempo.

Outros autores (Sen, 2000; Baquero, 2011) concordam com a ideia de que existe um desencanto dos latino-americanos em geral pelo funcionamento da democracia, por não se constatar um progresso social e a solução dos problemas mais imediatos em relação à pobreza e desigualdade social, o que derivou em uma baixa legitimidade dos governos. Além disso, Baquero (2011) afirma que a região transitou para a democracia sem antes ter construído organizações e valores de sua promoção, tornando-se uma democracia representativa procedimental forte que coexiste com a expansão da desigualdade e da pobreza. E a desigualdade social é uma das principais características que definem a história desses países.

III. Determinantes do apoio ao regime

Nesta parte do artigo, partindo da constatação de que tanto no Brasil como no México, as décadas de vivência da democracia não foram suficientes para consolidar culturas políticas democráticas, mas ao contrário, valores e atitudes autoritários não só tem permanecido presentes, mas inclusive tem ampliado seu peso, buscamos verificar que fatores são responsáveis por esta mudança, se fatores culturais ou fatores econômicos. Para explicar a coexistência de apoio democrático e valores autoritários e responder à pergunta formulada na introdução usamos uma abordagem híbrida para propor o argumento central deste artigo: embora o status econômico influencie o apoio ao regime, as variáveis da cultura política têm maior peso nas preferências do regime. Isso implica também que tanto pessoas de baixo status socioeconômico quanto aquelas de alto status são igualmente prováveis de preferir a democracia, dependendo que elas entendam por democracia, seja por seus atributos de direitos políticos o pela promessa dos benefícios econômicos.

Dessa maneira, foi levantada a seguinte hipótese:

H₀. Nas democracias, o apoio ao regime é influenciado por variáveis da cultura política, independentemente do status socioeconômico das pessoas.

“Apoio ao regime” será entendido da perspectiva de Easton (1965, 1975) como parte do apoio político que se refere à maneira de governar (democracia ou autoritarismo), isto é, aos valores, normas e estrutura de autoridade. É um apoio político em seu sentido “difuso” e não em seu caráter “específico”, uma vez que não se concentra na confiança direta em atores políticos específicos, mas é a base do regime como um todo e de toda a comunidade política, caracterizada por uma relativa estabilidade. É um suporte a uma série de princípios, processos e instituições formais que persistem e transcendem os proprietários individuais, o que constitui um regime de acordo com Klingemann (1999).

Para os testes 1 e 2, as variáveis dependentes serão “Apoio democrático” e “Apoio para um regime autoritário”, respectivamente, explicados abaixo.

Para os testes a seguir, o “Apoio ao regime” terá distinções mais refinadas, como as apontadas por Dalton (1999) e Klingemann (1999). Esses autores dividem a noção de apoio político em cinco dimensões: apoio 1) à comunidade, 2) aos princípios do regime, 3) ao desempenho do regime, 4) às instituições e 5) aos atores políticos. Do exposto, retornamos aos elementos 2 e 3 para construir a variável de apoio à democracia por seus

direitos políticos (princípios) e apoio à democracia por seus benefícios econômicos (desempenho), como será explicado mais adiante.

Metodologia e medição de dados

Para testar as hipóteses, foram utilizados dados do *World Values Survey*, ondas 5, 6 e 7 para os casos do Brasil e México. No caso do Brasil, os questionários foram aplicados em 2006, 2014 e 2018, no caso do México, em 2005, 2012 e 2018. O banco de dados utilizado tem um total de 10,384 respondentes.

Variável dependente

Para responder à pergunta de pesquisa é necessária uma análise para determinar quais variáveis influenciam mais na preferência do tipo de regime nas democracias atuais do Brasil e do México. Nesse sentido, foram realizados quatro testes para provar as hipóteses levantadas segundo as teorias econômicas da democracia e a teoria da cultura política.

Para o primer teste, a variável dependente é “*Apoio Democrático*” a qual utiliza a pergunta V140. Sobre “Importância da Democracia” das três últimas ondas de *World Values Survey*. Nessa pergunta os respondentes elegeram a resposta numa escala de 1 (“nada importante”) e 10 (“totalmente importante”).

Para o segundo teste, que procura as relações causais do apoio ao autoritarismo, foi usado a variável dependente “*Apoio para um regime autoritário*” a qual utiliza a pergunta sobre “*Ter “Regime Militar*” na qual os respondentes elegeram entre “ótimo”, “bom”, “ruim” ou “péssimo”. Neste caso foi recodificada a variável da seguinte maneira: 1= Preferido, 0= Não Preferido.

Para conhecer as atitudes para a democracia liberal foi realizado um terceiro modelo criando a variável dependente “*Democracia (direitos políticos)*”, que tem sustento em Dalton (1999) e Kinglemann (1999) e usa as variáveis V130. “Ter um regime democrático”; V133. “O povo escolhe seus líderes em eleições livres”; V136. “Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão”; V139. “As mulheres têm os mesmos direitos que os homens”, nas quais os respondentes escolhem entre 1 (não é uma característica fundamental da democracia) e 10 (é uma característica fundamental da democracia).

E, uma quarta variável dependente, “*Democracia como benefício econômico*”, surge das variáveis: V130. “Ter um regime democrático” e V137 “O Estado faz com que a renda das pessoas seja igual”. Visto que a base de dados é composta por variáveis categóricas, foi necessário utilizar a ferramenta de fatorização para criar variáveis dependentes como numéricas ou contínuas, as quais têm maior variabilidade dos dados e permitem utilizar melhor o método de regressão do que uma variável categórica.

Variáveis independentes

As variáveis independentes foram consideradas segundo autores da cultura política como Moreno e Méndez (2002), Nohlen (2008), Moisés (2010b) e Baquero (2011):

- a) V124. “Confiança em pessoas que conhece pessoalmente”.
- b) V.1113. “Confiança nas Forças Armadas”.

- c) V113. “Confiança nos Serviços Civis”. Nesses três casos foram recodificadas da seguinte maneira: 0= Não Confiam, 1= Confiam.
- d) V202 “Rejeição ao suborno”, a qual foi recategorizada a partir da pergunta “É justificável aceitar suborno para cumprir seu dever”. Onde os respondentes elegem entre 1= Nunca justificável e 10= Sempre justificável.
- e) V16. “Tolerância” que corresponde “Encorajar a tolerância e respeito em crianças”;
- f) V21. “Obediência”. “Encorajar obediência em crianças” com opções de resposta entre “Muito importante”, “Importante”, “Pouco importante”, “Nada importante”.
- g) “Status Socioeconômico” – segundo a teoria econômica da democracia, essa variável foi criada a partir de uma análise fatorial⁷ utilizando as seguintes variáveis: V248. “Nível educacional mais alto”, entre 1 (ensino fundamental incompleto) 8 (graduação finalizada); V238. “Classe social subjetiva”, em que 1 é classe baixa, 2 é classe média e 3 é classe alta; e V239. “Renda”, em que 1 é renda baixa, 2, renda média, e 3, renda alta.

Resultados e discussão

Na Tabela 8 são apresentados os resultados de dois modelos de regressão linear múltipla para analisar as variáveis dependentes 1 – “Apoio Democrático” e 2 – “Apoio para um regime autoritário”. Na Tabela 9 são apresentados resultados usando as variáveis dependentes 3 – “Democracia (direitos políticos)” e 4 – “Democracia como benefício econômico”, comparando os resultados da variável 2 – “Apoio para um regime autoritário”. Para todos os testes, variáveis da cultura política tiveram maior peso explicativo do que as variáveis socioeconômicas.

Segundo os resultados do modelo de regressão (Ver Tabela 8) as variáveis da cultura política que explicam o apoio democrático forem: *Confiança Interpessoal*, *Confiança na Burocracia*, e *Rejeitar subornos* e o status Socioeconômicos, para ambos os países. De forma individual, a *Tolerância* foi relevante para Brasil e a *Confiança no Exército* para o caso mexicano. As variáveis com maior poder explicativo tem a ver com a confiança nas instituições em ambas nações: no Brasil, por um lado a confiança na Burocracia (.283) e para o México a confiança nas instituições, no Exército (.399) e na Burocracia (.194). Isso significa Ou seja, a maior confiança nessas instituições maior apoio para um regime democrático. Por outra parte, na medida em que é rejeitado o suborno maior impacto (positivo) na valorização da democracia o qual é mais notório no Brasil (.120) que no México (.085). Embora para Brasil também a *Tolerância* (encorajada em crianças) seria relevante no apoio democrático.

Por outra parte, a variável Status Socioeconômico (composto por nível educacional, renda, classe social) são significativas para o Brasil (.156) e para México (.128) o que indicaria que pessoas com status socioeconômico mais alto tem mais apoio para a democracia. Embora, ao realizar um teste com as variáveis socioeconômicas por separado o *nível educativo* têm um maior peso e é possível dizer que a educação continua sendo um importante determinante dos valores democráticos tanto para México como para Brasil.

⁷ Para a análise fatorial o método de extração utilizado foi de componente principal, com um teste KMO e Bartlett (sig. .000) e com uma percentagem de variância acumulada acima de 50%.

Tabela 8. Regressão linear
Apoio para um regime democrático e apoio para um
regime autoritário (comparativa por país)

Variáveis	Apoio Democracia		Apoio Regime Autoritário	
	Brasil	México	Brasil	México
Cultura Política				
Confiança Interpessoal	,242**	,161*	-,022	-,006
Confiança no Exército	-,015	,399**	,056	,166**
Confiança na Burocracia	,283**	,194**	,005	,078**
Rejeitar Suborno	,120**	,085**	-,017**	-,012*
Tolerância	,275**	,155	-,005	-,046
Obediência	,004	-,118	,039*	,066*
Variáveis Socioeconómicas				
Status Socioeconómico	,156**	,128**	-,034*	-,061**
R	,154	,153	,126	,220

N=10,384

** P < 0,01

* P < 0,05

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Inglehart et al. (2005, 2006, 2012, 2014, 2018).

O modelo da tabela 8 apresenta que o apoio para um regime autoritário é explicado para ambos os países principalmente pelas variáveis culturais da obediência, rejeição ao suborno (correlação negativa) mas também há uma correlação negativa com o status socioeconómico. O modelo indica que a obediência é uma atitude autoritária e que na medida em que essa é encorajada em crianças há um maior apoio ao autoritarismo, o qual é contrário nas atitudes de apoio à democracia.

**Tabela 9. Regressão linear
Democracia (Direitos Políticos), Democracia (Benefícios económicos)
e Regime Autoritário**

Variáveis	Direitos Políticos		Benefícios Económicos		Apoio Regime Autoritário	
	Brasil	México	Brasil	México	Brasil	México
Cultura Política						
Confiança Interpessoal	,084*	,144**	-,150**	-,062	-,022	-,006
Confiança no Exército	,010	,167*	-,032	-,248**	,056	,166**
Confiança na Burocracia	-,008	,282**	-,068	-,182**	,005	,078**
Rejeitar Suborno	,027**	,025*	-,024**	-,024**	-,017**	-,012*
Tolerância	,123*	-,061	-,085*	,034	-,005	-,046
Obediência	,014	-,043	,027	,046	,039*	,066*
Variáveis Socioeconómicas						
Status Socioeconómico	,037*	,031	-,018	-,002	-,034*	-,061**
R	,115	,199	,111	,162	,126	,220

N= 10,384

** P < 0,01

* P < 0,05

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Inglehart et al. (2005, 2006, 2012, 2014, 2018).

No entanto, o que acontece se separarmos a democracia entre o que é entendido por democracia liberal (direitos políticos) e o que é esperado por seus benefícios económicos? A Tabela 9 mostra que, ao fazer essa separação, alguns dos determinantes do apoio ao regime mudam. O que é notável nesse segundo modelo é que, ao comparar esses diferentes significados da democracia com o autoritarismo, a obediência tem uma correlação positiva tanto para as concepções de democracia económica quanto para o autoritarismo em ambos os países. Ainda, considerando a democracia por seus atributos económicos, esta é preferível desde que haja um status socioeconómico mais baixo nas pessoas. E, por fim, enfatiza-se que os preditores de apoio à democracia económica são semelhantes aos do autoritarismo, especialmente status socioeconómico, aceitação de suborno e obediência. O exposto acima permite refletir e propor, para futuros estudos a hipótese de que indivíduos que estão mais comprometidos com valores e direitos políticos são mais suscetíveis a preferir a democracia (em termos gerais), enquanto pessoas que veem a democracia só pelos atributos económicos são mais prováveis de preferir um regime autoritário.

Em relação à democracia (direitos políticos), o apoio seria explicado por variáveis culturais como confiança interpessoal para ambos os países, sendo esse um índice ainda maior no México (,144); no entanto, só no México há uma correlação positiva com a confiança institucional sendo as de maior peso nesse modelo a confiança no Exército (,282) e a confiança na Burocracia (,167). A obediência mesmo não foi significativa, tem um co-

eficiente negativo, o qual corresponde com a análise anterior de que trata-se, pelo menos para México, de um valor autoritário. Para o Brasil, os determinantes foram a para o respaldo à democracia liberal forma “tolerância” (.123) e “rejeitar o suborno” (.027). Contrário ao esperado, a obediência, mesmo que não teve uma correlação, os coeficientes foram em sentido positivo.

No caso do Brasil, a democracia (benefícios econômicos) é determinada pelas variáveis culturais de “confiança interpessoal”, com uma correlação negativa (-,150), “tolerância” de forma negativa (-,085) e “rejeitar suborno” (-,024). Ou seja, quanto menor a confiança pessoal, maior o apoio à democracia pelos benefícios econômicos, e, à medida que há menos rejeição ao suborno e menos tolerância, maior é o apoio à democracia econômica. Quanto ao México, a variável dependente é afetada principalmente pelas variáveis de confiança institucional (confiança no Exército -,248 e confiança na Burocracia -,182). Também, com uma correlação negativa na rejeição do suborno (-,024), que é um valor igual no Brasil.

Algo que precisa ser destacado é que em ambos os países o status socioeconômico tem uma correlação negativa, contrária aos resultados do apoio à democracia entendida como liberal e similar ao apoio do regime autoritário.

Neste artigo, buscamos responder *por que, alguns preferem um regime autoritário?* Isso implicava conhecer os determinantes das atitudes de preferência de tipo de regime no Brasil e no México. Os resultados anteriores nos permitem apoiar nossa hipótese de que nas democracias, o apoio ao regime é influenciado por variáveis da cultura política, independentemente do status socioeconômico das pessoas. O apoio ao regime democrático em geral (Tabela 8) é explicado pela confiança entre as pessoas, como já apontava Nohlen (2008), e existe uma convivência de atitudes autoritárias com atitudes democráticas, como a obediência e a tolerância, respectivamente (Moreno e Méndez, 2002), que ainda estão presentes conforme a experiência democrática avançada.

No entanto, esta última relação muda se analisamos em separado as concepções da democracia no sentido normativo e por seus atributos econômicos. Isso implica também que tanto pessoas de baixo status socioeconômico quanto aquelas de alto status são igualmente prováveis de preferir a democracia, dependendo o que elas entendem por democracia, seja por seus atributos de direitos políticos ou pela promessa dos benefícios econômicos.

Deste modo, indivíduos que estão mais comprometidos com aspectos normativos, valores e direitos políticos são mais suscetíveis a preferir a democracia em termos gerais, enquanto pessoas que veem a democracia só pelos atributos econômicos são prováveis a preferir um regime autoritário. Entender a democracia por seus benefícios econômicos em um contexto de decepção com os resultados do regime, com alta desigualdade e pobreza, é o preâmbulo da preferência por uma mudança de regime, neste caso para um regime autoritário.

Os achados são similares aos de Wenzell e Wilfahrt (2018), embora esses autores tenham estudado países com regimes autocráticos. Isso nos permite refletir, independentemente de atitudes em relação a essas concepções de democracia (liberal ou econômica), sobre o quanto brasileiros e mexicanos consideram seu regime atual como uma democracia e se isso está sendo bem medido pelas pesquisas. Será que os pesquisadores estão fazendo suposições erradas sobre a América Latina e que, no final, as pessoas no Brasil e no México concebem o regime atual não como uma democracia representativa, mas como uma autocracia?

Conclusões

Os resultados deste artigo devem ser tomados com cautela, no sentido de que as correlações estatísticas são baixas para vários casos. No entanto, eles permitem abrir alguns caminhos para o estudo das democracias latino-americanas e sobre apoio a regimes, levando em consideração uma abordagem híbrida entre a cultura política e as teorias econômicas da democracia, o que permite dar explicações mais completas sobre atitudes em relação à democracia e ao autoritarismo. Permite também pensar em novas variáveis e perguntas de pesquisa que nos permitam medir com mais fidelidade o que as pessoas concebem como democracia.

Os resultados do estudo nos permitem refletir sobre a tarefa ambígua de conceituar o apoio ao regime, que veio de Easton, com um ponto de partida mais geral, para as contribuições de Dalton, Kinglemann e Norris, que desenvolvem e desagregam de maneira mais refinada os diferentes escopos que o apoio político pode ter em cidadãos mais críticos. No entanto, voltamos ao dilema de que os cidadãos têm concepções diferentes sobre democracia e, embora a literatura moderna indique que cidadãos críticos podem defender valores da democracia e, ao mesmo tempo, ficar insatisfeitos com seus resultados, deixamos evidências de que, em regimes democráticos como os da América Latina, os cidadãos estão mudando suas atitudes em relação ao regime, e aqueles que concebem a democracia pelos seus atributos econômicos estão mais próximos e têm valores semelhantes àqueles que preferem um regime militar do que àqueles que pensam em democracia por seus valores e direitos políticos. Entender a democracia por seus benefícios econômicos em um contexto de decepção com os resultados do regime, com alta desigualdade e pobreza, é o preâmbulo da preferência por uma mudança de regime, neste caso para um regime autoritário.

A evidência aponta que houve uma mudança nas atitudes políticas de brasileiros e mexicanos em cerca de uma década: nos dois países a valorização da democracia diminuiu, enquanto o apoio ao regime autoritário aumentou. O artigo revela que os determinantes das atitudes são diferentes entre os dois países. Por um lado, no Brasil, o apoio democrático (em geral) está associado a uma atitude de obediência, enquanto no México depende mais de uma atitude de tolerância, e em ambos os países a confiança interpessoal, rejeitar subornos e o status socioeconômico são determinantes decisivas. Por outro, o apoio a um regime autoritário no Brasil depende da mesma variável que o apoio à democracia, mas no sentido inverso, ou seja, maior obediência, aceitação de suborno e menor status econômico. Em contraste, no México essa atitude autoritária está associada positivamente à confiança institucional e à obediência, e negativamente à confiança interpessoal, rejeitar suborno e status socioeconômico. No entanto, ao analisar em separado as atitudes para as concepções de democracia, em seu sentido liberal e econômico, os determinantes mudam. Neste ponto, um achado importante é que existe uma similitude nas variáveis que impactam na preferência por um regime democrático (respeito a suas promessas econômicas) ou por um regime autoritário. O que permitiria dizer que, nas democracias representativas em que indivíduos só veem nesse regime benefício econômico, em contextos de desigualdade e pobreza, estes são suscetíveis a mudar suas atitudes em prol de um regime autoritário.

É possível dizer também que existem atitudes e valores na cultura política dos mexicanos e brasileiros que não são compatíveis ou congruentes com o sistema democrático. A lacuna entre a percepção da democracia como um valor ideal (normativo) e o funcionamento dela baseado em resultados (avaliativo) continua a crescer à medida que a ex-

periência democrática avança. Cada um desses elementos é influenciado por variáveis distintas da cultura política de cada país nesta comparação.

As atitudes de obediência poderiam ser entendidas como seguir regras e leis democraticamente feitas. Mas, tanto no México quanto no Brasil, provavelmente a obediência é um valor que aparece como importante para ser estimulado em crianças. Historicamente no México, a longa vigência do PRI como governante pode implicar que o sentimento de obediência, neste caso, esteja mais voltado à deferência para com a autoridade, não necessariamente reforça a democracia. Da mesma forma, o Brasil e o seu passado de autoritarismo e de elites autoritárias reforçam a noção de que esse valor de obediência está mais voltado a valores não democráticos.

As variáveis que afetam a congruência entre as atitudes e valores das pessoas com o regime democrático são particulares para cada país: a confiança interpessoal e aceitação de subornos seriam mais significativas para explicar o caso mexicano, além dos valores como tolerância e obediência, os quais em estudos anteriores, realizados na década passada, tiveram uma significação maior. Por outro lado, variáveis como o nível educacional das pessoas continuam sendo um importante determinante dos valores democráticos tanto para o México como para o Brasil, ou seja, quanto maior o nível educacional, maior o apoio para a democracia e, portanto, maior a rejeição a um regime autoritário. Ainda, foi possível observar que a renda foi significativa nos valores dos mexicanos.

Por fim, as mudanças das atitudes das pessoas em relação à democracia não se devem apenas a fatores socioeconômicos, mas também às variáveis da cultura política e justamente pela experiência democrática. Nas atitudes para a democracia no sentido normativo, não importariam os resultados do regime, tanto para brasileiros quanto mexicanos. Essas atitudes seriam então concentradas no elemento cognitivo dos indivíduos (pensamentos e crenças). Em contraste, nas atitudes de apoio à democracia pelo seu sentido econômico, implica o funcionamento, de modo que o aspecto avaliativo e comportamental das atitudes seria mais relevante. Isto é, enquanto houver menos confiança ou falta de resultados nas instituições, haverá uma maior propensão para mudanças na preferência do regime.

Finalmente, o fato de ter analisado as três ondas da pesquisa da WVS, de 2005 até 2018, permite refletir que os valores, atitudes e crenças não são estáticos, mudam ao longo do tempo, a evolução de alguns desses valores nem sempre é linear, o qual é um tema que pode ser analisado em um futuro artigo, mesmo assim as variáveis culturais ajudam a compreender de uma forma mais abrangente as variações dos apoios à democracia e ao autoritarismo.

Bibliografía

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- ALMOND, G. Comparative political system. *The Journal of Politics*, v. 18, p. 41-409, 1956.
- ALMOND, G. AND S. VERBA. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton, Princeton University Press, 1963.
- ANSELL, B.; SAMUELS, D. *Inequality and Democratization: An Elite-Competition Approach*. New York: Cambridge University Press, 2014.
- AZIZ, N. A. El desencanto de una democracia incipiente. México después de la transición. In: RODRÍGUEZ ARAUJO, O. (Coord.). *¿México un nuevo régimen político?* [S.l.]: Siglo XXI, 2009.

- BAQUERO, M. *Democracia Inercial. Assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- BAQUERO, M. A Cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Culturas Políticas e Democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 13-23, 2011.
- BAQUERO, M. *Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- BAQUERO, M.; RANINCHESKI, S.; CASTRO, H. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87-106, jan./abr. 2018.
- BECERRA, R.; SALAZAR, P.; WOLDENBERG, J. *La mecánica del cambio político en México, elecciones partidos y reformas*. México: Cal y Arena, 2000.
- BOIX, C. *Democracy and Redistribution*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- CANSINO, C. *La Transición Mexicana 1977-2000*. México: Centro de Estudios de Política Comparada, 2000.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). [Indicadores CEPALSTAT]. 2016. Disponível em: <<https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?IdAplicacion=1&idTema=363&idIndicador=250&idioma=e>>. Acesso em: 21-05-2020
- CRESPO, J. A. *PRI: de la hegemonía a la oposición*. Un estudio comparado 1994-2001. México: Centro de Estudios de Política Comparada, 2001. (Coleção Estudos Comparados, n. 7).
- DAHL, R. La democracia. *PostData, Revista de Reflexión y Análisis Político*, n. 10, p. 11-55, dic. 2004.
- DALTON, R. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democracy governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- DAMATTA, R. Reflexões sobre o público e privado no Brasil: um ponto de vista perverso. *Cadernos de Ciências Sociais*, v. 3, n. 3, p. 51-62, 1993.
- DURAND PONTE, V. M. Contexto e mudança na cultura política mexicana. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 26, p. 167-185, 1992.
- DURAND PONTE, V. M. Confianza y eficacia ciudadana en una sociedad con alta desigualdad. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 277-296, Nov. 2006.
- DURAND PONTE, V. M. La cultura política autoritaria en México. *Revista Mexicana de Opinião Pública*, no. 8, p. 67-101, UNAM, abril 2010.
- EASTON, D. *A systems analysis of political life*. Chicago: University of Chicago Press, 1965.
- EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, v. 5, n. 4, p. 435-457, Oct. 1975.
- ECKSTEIN, H. *Congruence theory explained*. UC Irvine: Center for the Study of Democracy, 1997.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The democratic disconnect. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The signs of deconsolidation. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017.
- GÓMEZ TAGLE, S. Democracy and power in México. The meaning of conflict in the 1979, 1982 and 1985 federal elections. In: GENTLEMAN, J. (Ed.). *Mexican politics in transition*. USA: Westview Press, Boulder and London, 1987.
- GUILLÉN, D.; MONSIVÁIS, C. A. *La representación política de cara al futuro*. Desafíos para la participación e inclusión en México. [S.l.]: El Colegio de la Frontera Norte, 2014.
- HOWE, P. Eroding norms and democratic deconsolidation. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 4, p. 15-29, 2017.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge, Cambridge University Press, 2019.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *How democracies die*. New York, Broadway Books, 2018.

- INGLEHART, R. et al. (Eds.). *World Values Survey: Round Six - Country-Pooled Datafile*. Madrid: JD Systems Institute, 2005. Disponible em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- INGLEHART, R. et al. (Eds.). *World Values Survey: Round Six - Country-Pooled Datafile*. Madrid: JD Systems Institute, 2014. Disponible em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- KLINGEMANN, H. D. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical Citizens: Global support for democratic governance*. Oxford University Press, 1999.
- LIPSET, S. Democracy and Working-Class Authoritarianism. *American Sociological Review*, v. 24, n. 4, p. 482-501, Aug. 1959a.
- LIPSET, S. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *The American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, Mar. 1959b.
- MARTÍ I PUIG, S. Ciudadanía y cultura política en México a dos sexenios de la “alternancia”. *Revista Foro Internacional*, v. LII, n. 4 (210), p. 864-884, 2012.
- MELTZER, A. H.; RICHARD, S. F. A Rational Theory of the Size of Government. *Journal of Political Economy*, v. 89, n. 5, p. 914-927, Oct. 1981.
- MÉNDEZ, I. *Transición a la democracia en México: competencia partidista y reformas electorales 1977-2003*. México: FLACSO, 2006.
- MERINO, M. *La transición votada*. Crítica a la interpretación del cambio político en México. [S.l.]: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- MOISÉS, J. A. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010a.
- MOISÉS, J. A. *Democracia e confiança*. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Editora da USP, 2010b.
- MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008.
- MOORE, B. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press, 1966.
- MORENO, A.; MÉNDEZ, P. Attitudes toward democracy: México in Comparative Perspective. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 43, n. 3-5, p. 350-367, 2002.
- MORRIS, S. *Corrupción y política en el México contemporáneo*. España: Siglo XXI, 1992.
- NICOLAU, J. *O Brasil dobrou à direita. Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, Brasil, 2020.
- NOHLEN, D. Instituciones y cultura política. *PostData, Revista de Reflexión y análisis Político*, n. 13, p. 27-50, ago. 2008.
- NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford, OUP, 1999.
- OLVERA, A. *La democratización frustrada*. Limitaciones institucionales y colonización política de las instituciones garantes de derechos y de participación ciudadana en México. [S.l.]: Publicaciones de la Casa Chata, 2010.
- PAZ, O. *El laberinto de la soledad*. Fondo de Cultura Económica, Madrid, España, 1998.
- RAMOS MAGAÑA, S. *El perfil del hombre y la cultura en México*. Colección Austral, Distrito Federal, México, 2001.
- SCHEDLER, A. The nested game of democratization by elections. *International Political Science Review*, v. 23, n. 1, p. 103-122, 2002.
- SEGOVIA, R. “La cultura política inmóvil”. *Nexos*, num. 223, junio, pp. 57-62, 1996.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

- SHIN, D. C. Democratization: perspectives from global citizenries. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H-D. (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- STUMPF GONZÁLEZ, R., BAQUERO, M., MELLO GROHMANN. ¿Nueva derecha o vino viejo en odres nuevos? La trayectoria conservadora en Brasil en el último siglo. *Política y Sociedad*. Ediciones complutense, Vol. 57 Núm. 3, 2018.
- WENZEL LETSA, N.; WILFAHRT, M. Popular Support for Democracy in Autocratic Regimes: A Micro-Level Analysis of Preferences. *Comparative Politics*, v. 50, n. 2, p. 231-273, January 2018.